

A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial¹

Ilse Scherer-Warren²

Resumo Abstract

O objetivo deste trabalho é analisar e discutir, à luz da teoria dos movimentos sociais contemporâneos, as teorias e meta-ideologias sobre democratização, e, no tocante a globalização, aspectos relevantes para o estudo de características específicas e universais das ações coletivas rurais, durante a última década. Nosso objetivo é também identificar as transformações relativas a organização, estratégias de lutas, ideais e objetivos dos movimentos sociais atuais na América Latina, tomando como caso emblemático o MST (Movimento Sem-Terra do Brasil).

The aim of this work is to analyse and discuss, based on the contemporary theories of social movements, the theories and meta-ideologies of democratization, and, regarding globalization, aspects relevant to the study of both specific and universal characteristics of rural collective actions, during the last decade. It also aims to identify the transformations that are taking place in the organizations, strategies of struggle, ideals and the goals of recent rural social movements in Latin America, taking as an emblematic case the MST (Movimento Sem Terra from Brazil).

¹ Trabalho apresentado no X World Congress of Rural Sociology, Rio, Jul/Ago 2000.

² Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Apresentação

Não seria necessário repetir aqui as inúmeras e rápidas transformações a que estamos sujeitos em decorrência da globalização econômica, tecnológica e informacional das últimas décadas. Apenas gostaria de ressaltar que estas transformações trouxeram também modificações nas formas e nos ideários dos sujeitos coletivos e nos movimentos sociais. Surge neste cenário uma pluralidade de novas problematizações para as lutas pela cidadania e pelo reconhecimento cultural, para além das tradicionais lutas de classe. Destacando-se as questões de gênero, étnicas, ambientais, sobre a saúde, a educação, a qualidade de vida, a mística, a religiosidade, etc. Esta multidimensionalidade de questões identitárias e projetos dos movimentos sociais requer um olhar interdisciplinar, tendo estimulado os diversos campos do conhecimento a se preocupar com a temática dos movimentos sociais: das ciências humanas às ciências da saúde, aos estudos da economia, do direito, da linguística e da educação, incluindo-se na última área o interesse crescente da educação física pela reflexividade cidadã no olhar sobre o corpo. Além disso, o novo sistema

mundial, tendo diminuído a distância espaço-temporal entre os tradicionalmente denominados “mundo rural” e “mundo urbano”, está implicando em transformações nas interações entre estes dois “mundos”, que merecem ser melhor avaliadas. Os movimentos sociais rurais são reativos a estas transformações e, às vezes, pró-ativos na configuração de um novo cenário político da sociedade civil global. As teorias precisam retratar este processo. A separação que a academia fazia entre paradigmas, um para o estudo dos movimentos sociais rurais (MSR) e outro para os movimentos sociais urbanos ou de outras especificidades, cada vez mais perde sua razão de ser, e o diálogo intelectual de diferentes correntes deve ser estimulado. Seguiremos esta orientação para a análise dos movimentos sociais rurais da atualidade.

Representação do cenário da globalização pelos Movimentos Sociais

No sentido reativo, nos discursos dos movimentos sociais da atualidade, destaca-se o combate feito ao neoliberalismo, enquanto

política hegemônica e homogeneizadora do novo sistema capitalista mundial. Nas conseqüências desta política, apontam especialmente o crescimento do desemprego, de massas excluídas ou desvantajadas no processo produtivo e a decadência do *welfare state*. Na dimensão pró-ativa, desejam ser atores na construção de uma sociedade menos guiada pelas forças do mercado e onde haja ainda espaço para a voz e participação da sociedade civil.

Em Seattle, por ocasião da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), para além das manifestações de rua, a declaração conjunta de mais de 2.000 ONGs e movimentos sociais, explicitam o conteúdo de suas cobranças em termos de avaliação: "...deveria se dar respostas sobre o impacto da OMC nas comunidades de marginalizados, no desenvolvimento, na democracia, no ambiente, na saúde, nos direitos humanos, nos direitos trabalhistas e das mulheres e crianças" (REVISTA DEL SUR, 2000, p.15-16). Conferiram à OMC status de *antidemocrática*, por não considerar as objeções da sociedade civil; *injusta*, por negar aos países em desenvolvimento uma participação mais significativa e reveladora

de suas necessidades; *falta de transparência*, pela exclusão de alguns países em desenvolvimento nas discussões de alguns acordos (sala verde); *desequilíbrio*, favorecendo inte-resses econômicos de curto prazo, face a interesses mais amplos de equidade e sustentabilidade (Ibid.).

Um pouco da história dos MSR neste cenário

À crise que abalou a agricultura mundial nos anos 70/80, seguiram-se acordos multilaterais, como na Rodada Uruguaia do GATT (precursor da OMC), e nos blocos regionais como o NAFTA e o MERCOSUL, colocando a agricultura latino-americana no cenário das negociações da sociedade globalizada. Segundo Favero (1998), este novo cenário mundial dá origem a três categorias de agricultores: os *integrados*, que se organizam em sindicatos, cooperativas e associações especializadas; os *precários*, que participam de associações locais e redes; e os *excluídos*, que formam movimentos.

No ano novo de 1994, o movimento indígena de Chiapas, se auto-denominando de Zapatista,

vindo das montanhas mexicanas, ocupa várias cidades numa manifestação contra a NAFTA (North American Free Trade Agreement). Ao mesmo tempo que contestava as novas formas de dominação global do capital, defendia o direito e o respeito à manutenção das diversidades culturais, no caso a indígena. Através do uso da Internet por seus mediadores, o movimento conseguiu estabelecer uma rede de apoio e solidariedade internacional. Encontram-se aí as sementes de uma articulação internacional de novo tipo (GADEA, 1999; ROSSIAUD, 1999).

Em 1996, os Zapatistas realizaram um encontro internacional em Chiapas, com a presença de cerca de 6.000 ativistas e intelectuais, onde se deu continuidade a um novo desenho para a atuação da sociedade civil nos problemas globais. Um ano após, num encontro na Espanha, esta articulação foi denominada de Ação Global dos Povos (Peoples Global Action), passando a ser coordenada por dez movimentos sociais amplos e inovativos, dentre os quais o Movimento Sem-Terra (MST do Brasil) e o Karnataka State Farmers Union (KRRS da Índia).

Todavia, esta não é a primeira articulação transnacional de MSR. Os povos indígenas e os seringueiros do Brasil têm também estabelecido importantes alianças com movimentos ecologistas internacionais nas últimas décadas (SCHERER-WARREN, 1996; DIEGUES, 1996), onde o respeito à diversidade cultural passa a ser construído através desta interação entre atores rurais e urbanos.

Em 1983, no auge da construção de grandes projetos de barragens, foi criada em São Francisco/EUA a International Rivers Network. A Rede se mantém atuante, contando com a participação de agricultores e ecologistas, e o espírito de unidade na diversidade foi registrado pelos participantes do Primeiro Encontro dos Povos Afetados pelas Barragens, realizado em 1997:

e are strong, diverse, and united and our cause is just. To symbolise our growing, we declare that March 14th will from now on become the International Day of Action Against Dams and for Rivers, Water and Life. (SOCIAL MOVEMENT LIST, 2000)

Por onde andam as teorias?

Na América Latina, tradicionalmente, havia um predomínio das abordagens clássicas marxista e leninista para o estudo dos MSR (COSTA e SANTOS, 1998; NAVARRO, 1996). Esta visão centrava-se na explicação dos condicionantes (ou determinações) econômico-estruturais das ações coletivas. Os sujeitos eram definidos em torno de categorias abrangentes e uniformizadoras (o campesinato, o proletário ou semi-proletário rural), com um significado classista genérico (SCHERER-WARREN, 1998a).

Sensíveis às transformações do mundo rural nas últimas décadas e à heterogeneidade das forças sociais organizadas no campo, o debate sobre os novos movimentos sociais começa a ter eco. A nova lógica busca compreender o mundo da cultura, as relações sociais do cotidiano e as identidades coletivas específicas de cada movimento. As categorias de atores terão maior concretude (indígenas, seringueiros, mulheres agricultoras) ou serão mais particularizadas (atingidos pelas barragens, quebradeiras de coco, etc.) (Ibid.).

Na atual fase da globalização será interessante entender a lógica da inserção dos atores nos condicionantes econômicos da nova ordem mundial; bem como a relocalização desta lógica no interior de suas comunidades específicas. Além disso, à internacionalização da economia, corresponde uma transnacionalização da política e da cultura. Os atores, através de suas redes, reagem a suas formas de inserção ou de exclusão neste cenário e recriam utopias de transformação. A informatização do mundo reacende nos atores o desejo de terem vozes na esfera pública e de participarem nos mecanismos políticos que regem seus destinos. A democracia coloca-se na ordem do dia, e o debate teórico não pode ignorá-la.

O novo “espírito democrático”

O “espírito democrático” se reacende no seio dos movimentos sociais na nova ordem mundial. Com a queda do Muro de Berlim, e com a derrocada de muitos regimes ditatoriais nos países periféricos, a democracia desponta como valor universal e é apropriada pelo discurso político dos movimentos

sociais (ROSSIAUD e SCHERER-WARREN, 2000). Porém, o “espírito democrático” incorpora novos significados. Não se trata mais, conforme TOURAINE (1998), do pensamento político das Luzes, que “tornou-se cada vez mais antidemocrático, elitista e mesmo repressivo quando identifica uma nação, uma classe social, uma idade de vida ou gênero com a razão, justificando assim sua dominação sobre as outras categorias” (p. 102).

Trata-se agora de incorporar na democracia não mais apenas mecanismos universais abstratos de “igualitarismos” (civis, de direitos políticos, etc.), mas de reconhecimentos aos direitos à diferença (cultural, étnica, de gênero, etária, etc.). As lutas identitárias específicas dos denominados novos movimentos sociais, que se reafirmaram através da autonomia dos “grupelhos”, nas décadas de 70/80, agora se legitimam no interior das redes de movimentos multi-temáticas e translocais (CASTELLS, 1997; SCHERER-WARREN, 1999).

Este debate se intensifica no interior dos estudos do multiculturalismo. Mas aí é necessário distinguir uma visão multiculturalista clássica, em que a relativização das

diferenças pode implicar na legitimação dos guetos culturais que reproduzem desigualdades e discriminações sociais e levam ao isolamento político; de uma perspectiva interculturalista, pela qual há o reconhecimento público das diversidades culturais e de legítima possibilidade de participação dos diferentes segmentos sociais nas esferas públicas que lhes dizem respeito. Inclui, portanto, as idéias de participação e de avaliação continuada do valor da justiça social nos processos de construção da intersubjetividade coletiva (SCHERER-WARREN, 1998b).

Neste contexto, a idéia de *movimento social*, enquanto categoria analítica, deve ser distinguida das várias práticas concretas denominadas de “movimentos sociais” ou “movimentos populares”. A construção da categoria deve ser buscada nos processos que transcendem os sujeitos coletivos em suas práticas particulares. Desta forma,

Movimento social é um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores e de práticas sociais, que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias e societárias, no local, no nacional

e no planetário” (ROSSIAUD e SCHERER-WARREN, 2000).

Passaremos agora a examinar como esta nova forma de ser movimento reflete na organização, nas estratégias, nos ideários e objetivos das práticas coletivas. Examinaremos a partir do caso particular do Movimento dos Sem-Terra no Brasil (MST) – por considerá-lo emblemático – aspectos desta nova tendência na prática efetiva de um “movimento”.

O caso emblemático do MST

O MST constrói sua meta-ideologia a partir da influência de três principais correntes de pensamento: a simbologia cristã, a teoria marxista-leninista (STRAPAZZON, 1998) e o “ideário democrático” do novo movimento cidadão globalizado (ROSSIAUD e SCHERER-WARREN, op. cit.). As tendências, em algumas circunstâncias, se complementam no sentido de fortalecer o movimento, outras vezes produzem contradições e conflitos no interior da organização. A primeira corrente foi hegemônica na origem do movimento (de 1979 a 1984); a segunda se fortalece a partir de meados dos anos 80 (STRAPAZZON, 1997); e a terceira

vai se intensificando no MST, na medida de sua participação na ampla rede do movimento cidadão planetário ao longo da década de 90.

Neste movimento cidadão não só o ideário da democracia se fortalece enquanto valor universal, como novos significados vão complexificando esta noção: “*un mundo donde quepan muchos mundos*”, dizem os insurgentes neo-zapatistas de Chiapas. O reconhecimento e o respeito à diversidade cultural são integrantes do ideário da democracia, redefinindo os princípios clássicos de liberdade, igualdade, fraternidade. Desta forma democracia e socialismo se associam na construção de uma utopia mais aberta e em permanente construção (ROSSIAUD e SCHERER-WARREN, 1998).

Utilizarei como recurso ilustrativo:

- a) Signos do MST, ou seja, lemas oficiais do movimento, criados por ocasião dos Encontros e Congressos Nacionais, e que permanecem como símbolos dos períodos subseqüentes:

1979 a 1984 – “*Terra para quem nela trabalha*”;

- 1984 – “*Terra não se ganha, se conquista*”;
 - 1985 a 1988 – “*Sem Reforma Agrária não há democracia*”;
 - 1986 – “*Ocupação é a única solução*”;
 - 1989 a 1994 – “*Ocupar, Resistir, Produzir*”;
 - 1995 a 2000 – “*Reforma Agrária: uma luta de todos*”.
- b) Extratos de discursos de lideranças nacionais, especialmente, Ademar Bogo, membro da direção do MST/Regional Nordeste; e João Pedro Stedile, membro da direção nacional do MST.

Reflexos na organização

“Não quero projetar as pessoas e sim a organização, que é a síntese de todas as pessoas”. BOGO (1998b) inicia sua fala destacando a importância do *coletivo*, enquanto síntese das participações individuais. Esta idéia está presente em toda a história do movimento. Todavia, o significado intrínseco à noção de coletivo vai se modificando, na medida em que novas mediações ideológicas vão sendo introduzidas.

Na simbologia cristã, a idéia de coletivo refere-se ao “povo de Deus”, que no movimento foi traduzido como as bases da organização, constituída especialmente pelos acampados e assentados. A idéia de povo também refere-se a uma opção preferencial pelos pobres e oprimidos, seguindo a teologia da libertação.

Com o fortalecimento da mediação marxista-leninista, o coletivo refere-se à organização de massa, com uma hierarquização entre a antiga base e um quadro de lideranças com formação específica. A massa diz respeito a uma condição de classe: “a única forma de libertar o ser humano da miséria é a luta de classes” (BOGO, 1998b).

Já na última fase, a do ideário democrático, os dois referenciais acima não desaparecem, mas convivem com a idéia de ampliação do movimento, expresso no lema “reforma agrária: uma luta de todos”, e a qual se complementa com outras lutas cidadãs específicas: “nós queremos que se proliferem outros movimentos sociais e vamos incentivar para que isso aconteça e continue” (Ibid.). BOGO acrescenta aqui a necessidade de construção de uma nova identidade coletiva: “A nossa identidade tem que ser retomada,

reformulada em cima de outros paradigmas que não esses tradicionais de luta pela terra”. Esta postura significa o MST não apenas se solidarizando e apoiando outras lutas específicas (por moradia, emprego, educação, etc.), mas também introduzindo em sua organização especificidades dos novos movimentos sociais (ecologia, questões de gênero, étnicas e culturais, etc.), e construindo uma noção muito mais ampliada de povo:

“Devemos participar ativamente em todas manifestações populares, festas religiosas de cada estado, carnaval, eleições, e lutas massivas, ali está o povo, ali está a consciência popular” (BOGO, 1998a).

Desta forma a organização atual do MST, congrega três níveis principais de participação no movimento, expressando, respectivamente, as mediações cristã, marxista-leninista e do movimento cidadão:

- a) As bases – os membros dos acampamentos ou assentamentos (os sem-terra propriamente ditos), sujeitos aos processos de conscientização a partir da prática e da convivência no movimento ou, conforme BOGO (1998b),

quando afirma que uma das linhas de ação do MST “é para formar novos seres humanos, [pois]... a transformação de um latifúndio em pequenas propriedade privadas... não leva a nada... O que constrói uma sociedade é a mudança de caráter das pessoas, e a mudança de conduta das pessoas”. Há uma grande diversidade cultural-regional destas bases, e frequentemente os processos de formação política não são facilmente assimilados pelas culturas locais e geram resistências ou conflitos (QUEIROZ, 1999).

- b) “As lideranças – participam na estrutura organizativa do MST, que compreende coordenações locais (de assentamento e acampamento), regionais, estaduais e nacional e direções estaduais e nacional, todas sob a forma de coletivos sem presidência” (BERGER, 1998, p. 98). Nos quadros políticos do movimento é buscada uma uniformidade de atuação, seguindo princípios organizativos da segunda mediação mencionada acima (as lutas de massa). Neste caso,

discursivamente o sujeito individual se dilui no coletivo como, por exemplo, no uso da expressão “a gente” em lugar de “eu”, “evidenciando o desejo de apresentar o lugar do líder como um lugar de apagamento da individualidade e de submissão ao coletivo” (QUEIROZ, 1999, p. 200).

- c) As articulações/redes trans-identitárias – referem-se ao nível da participação conjunta do MST com outros movimentos sociais e cidadãos simpatizantes em redes de informação, de vigília e de resistência e manifestações massivas locais, regionais, nacionais e transnacionais. Aqui encontramos redes mais horizontalizadas, menos estruturadas e na qual a discursividade sobre o direito à participação e vigília cidadã sobre decisões públicas que lhe dizem respeito, toma vulto.

As estratégias e as mobilizações

Na mudança de lemas do MST, encontramos a expressão simbólica

de transformações em suas estratégias de luta e de mobilizações. O lema “*Terra para quem nela trabalha*” foi construído sob a égide da simbologia cristã e legitimou uma das primeiras estratégias de luta: as ocupações de terra. A conotação moral deste lema (STRAPAZZON, 1997) permitiu aos mediadores construir junto às populações rurais, tradicionalmente bastante legalistas, a idéia de aceitação de ocupação de propriedades rurais que não cumpriam sua função social, a partir da aplicação de um princípio de justiça social, conforme passou a ser traduzido por suas lideranças: “A ocupação é legítima porque tem em vista a defesa da vida, dos instrumentos para conseguir a sobrevivência, porque é praticada por gente marginalizada pela sociedade, e se realiza em propriedades de quem as usa mal e não necessita delas para viver” (STEDILE e SÉRGIO, 1993, p. 59).

Em 1984, por ocasião da fundação do MST como movimento nacional, na passagem ao segundo lema, “*Terra não se ganha, se conquista*”, a conotação política da idéia de ocupação é que passará a predominar, ou seja, um “instrumento de luta para exigir seus direitos. Os sem-terra não têm como

fazer greve. Sua forma de pressionar é ocupar os latifúndios” (Ibid). Este é o momento histórico de definição de autonomia do MST, com identidade própria, distinto da Igreja (espaço de conscientização), do sindicato (mais burocratizado) e dos partidos (disputa de cargos governamentais). Inicia-se a idéia de construção de um movimento de massa: *“Um movimento para todo mundo que quisesse lutar. Um movimento que não fosse burocratizado e presidencialista [em sua organização], que valorizasse formas novas de organização, por comissão, que juntasse homem, mulher e criança”* (Entrevista de Stedile, in ROSSIAUD e SCHERER-WARREN, 2000).

A estratégia política da ocupação se intensifica nos anos seguintes, e o acampamento passa a ser um espaço de resistência continuada e de socialização política dos “sem-terra” (FERNANDES, 1996). Os lemas da próxima década, expressam a radicalização do MST nesta direção: *“Ocupação é a única solução”* e *“Ocupar, Resistir, Produzir”*. Sendo que no último enfatiza o papel do “sem-terra”, enquanto agente econômico, enquanto ator relevante no processo produtivo e com identidade de classe.

O lema intermediário, do Congresso Nacional de 1985, *“Sem Reforma Agrária não há democracia”*, por um lado, resgata a necessidade de se pensar a dimensão social da democracia e, por outro, coloca a democracia enquanto valor universal.

O lema do 3º Congresso Nacional, *“Reforma Agrária: uma luta de todos”*, amplia o sentido da participação cidadã na construção de uma democracia com conteúdo social. Neste momento, a estratégia política da mobilização massiva, como por exemplo a Marcha Nacional dos Sem-Terra, em abril de 1997, passa a se caracterizar como uma nova forma de luta reivindicativa e de resistência. Segundo STEDILE (op. cit.), “o principal é compreender que a nossa força na negociação é a mobilização de massa. É nas mobilizações que conseguimos posições para negociar. Se apenas sentarmos à mesa, sem lutarmos antes, não resolve nada”. Esta estratégia também visa, através da mídia, uma comunicação mais ampliada com a sociedade civil, “manter um diálogo com a sociedade”, nas palavras de BOGO (1998b).

Os valores

Os valores cultivados no interior do MST tiveram influência das três matrizes mencionadas: cristã, marxista-leninista e ideário democrático do novo movimento cidadão. O inter cruzamento destas influências e a capacidade de sua introdução na prática e experiências cotidianas dos “sem-terra”, que participam do movimento, é que vão dando forma a uma meta-ideologia ao MST. O documento “*A vez dos valores*” (BOGO, 1998a), publicado enquanto Caderno de Formação do MST, e um Pronunciamento de Bogo (1998b) sintetizam o ideário atual da direção do movimento:

1) **A solidariedade:** adquire o sentido cristão de doação, “... *de alguma coisa da gente em prol da coletividade, seja sangue, força física, conhecimento, enfim... se é para melhorar a vida das outras pessoas...*” (1998b). Comporta uma lógica contrária a de mercantilização dos sentimentos, onde “*tudo se pode comprar... [e] que embruteceu as pessoas e as transformou em objetos descartáveis*” (1998a). E expressa a resignificação do valor de fraternidade da

Revolução Francesa, no sentido dado pelos novos movimentos cidadãos. Desta forma, o MST tenta criar condições de sobrevivência no mundo globalizado se integrando a uma nova concepção de intercâmbio, “o comércio solidário”, segundo o qual o “bem estar das populações envolvidas” é um requisito básico. Vem criando um mercado para os produtos das cooperativas, com Angola e Moçambique, com apoio de ONGs européias (SANTOS, 1999).

2) **A beleza:** resgata da Bíblia a idéia de que “*após ter sido criado, Deus colocou o ser humano em um jardim*” (1998a). A perda deste valor é atribuída ao capitalismo, onde a “classe trabalhadora foi educada ou acostumada a não admirar, não aproveitar, não usufruir a beleza, principalmente a gente que trabalha na terra” (1998b). O resgate deste valor é associado à idéia de construção da dignidade e de transformação do ambiente físico do assentamento, com reflorestamento, controle da mecanização pesada e insumos químicos, estímulo à estética e à jardinagem (1998 a e b), na

direção que vem sendo trabalhada pelo movimento ecológico.

3) **A valorização da vida:** princípio fundamental da simbologia cristã, no movimento “a defesa da vida deve estar acima da defesa do lote de terra, do crédito, da educação, etc.” (1998a). Aqui novamente o desrespeito à vida é atribuído à classe dominante, “pois sabem que quando um trabalhador esgota sua força de trabalho, pode arranjar outro e colocar em seu lugar” (1998a). Este respeito deverá significar “*acima de tudo [que] devemos nos preocupar com a saúde e o bem estar das pessoas*”, não utilizando agrotóxicos, por exemplo (1998a). Portanto, os valores de qualidade de vida e ambiental estão novamente aqui associados.

4) **O gosto pelos símbolos:** parte do princípio cristão de que os símbolos só existem porque antes deles existem as pessoas “*que são os verdadeiros símbolos da humanidade de todos os tempos*” (1998a). Se os “Sem-Terra” tornaram-se também um símbolo para além de sua organização, é atribuído

ao fato de terem conseguido respostas a grandes problemas, organizando, produzindo, comercializando, educando crianças e desenvolvendo ações de solidariedade na sociedade ao mesmo tempo, “numa sociedade moderna, onde o grande mercado é o senhor de tudo, onde disputam-se novas tecnologias de ponta... e não conseguem matar a fome dos seres humanos” (1998a). Os demais símbolos (bandeira, boné, músicas, etc.) são considerados como elementos para a construção da identidade política dos “Sem-Terra”. Mas reconhecem a necessidade de respeitar os sentimentos e símbolos que são trazidos de outras tradições, “por isso não nos incomodamos quando alguém leva para as mobilizações a cruz ou a bandeira do divino, ou se dentro do assentamento se praticam várias religiões” (1998a). Portanto, prega-se o respeito às diversidades culturais e o reconhecimento a outras lutas históricas, em consonância com os ideários do movimento cidadão global.

5) **A valorização em “ser povo”:** associa-se aqui a idéia de povo

pobre (povo de Deus) a de “verdadeiros brasileiros” (povo-nação), que deve lutar contra aqueles que buscam “substituir a idéia de nação por mercado globalizado” (1998a). Povo também é aquele que forma identidade coletiva, que onde tiver uma necessidade crie um movimento social, pelo emprego, moradia, educação, etc., que “*passem a desenvolver uma luta de autodefesa dos direitos sociais e humanos*” (1998b), de acordo com suas diversidades e peculiaridades, na linha do novo “espírito democrático”.

- 6) **O trabalho e o estudo:** é considerado que o que humaniza a pessoa é a sua capacidade de produzir seus próprios meios de vida. O sistema que cria desempregados e desocupados desumaniza a sociedade. E o estudo entra como fundamental para o desenvolvimento humano e sua capacidade para dirigir o futuro da humanidade. Este é um princípio de responsabilidade frente à história e o destino das gerações futuras, já que o estudo possibilita a integração à complexidade do mundo contemporâneo de

forma analítica e crítica. Assim, para o MST, “*o trabalho e o estudo são valores fundamentais, [pois] com eles transformaremos nossa consciência para, com isso, transformarmos o Brasil*” (1998a).

- 7) **A capacidade de indignar-se:** aqui também se remete à idéia da necessidade de resgate do “ser humano” na sociedade. Critica-se o sistema neoliberal por ter levado a exclusão social ao limite da desumanização, produzindo e mantendo sem-terras, sem-teto e sem-empregos (1998b). “*Um ser humano não tem o direito de viver às custas da força de trabalho de outro ser humano e condená-lo a viver sem esperanças... [por isso] devemos educar nossa consciência para que reaja, sempre que identificar uma injustiça cometida contra qualquer ser humano*” (1998b). Além disso, busca-se desenvolver uma capacidade de indignação, para além do espaço societário do MST, que está simbolizada no lema da Marcha Nacional de 1997, “*Terra, emprego e justiça*”.

Considerações finais: do imediato ao utópico

Em sua homepage, o MST coloca como seus três grandes objetivos: a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. Na prática do movimento estes objetivos vêm sendo desdobrados numa multiplicidade de ações coletivas que vão das reivindicações para conquistas imediatas, à luta por direitos de cidadania e transformações sócio-político-culturais a médio prazo e à realização de um projeto utópico num tempo histórico mais longo. O MST trabalha para que em cada prática singular a preocupação com estes três níveis esteja presente, para que a partir das coisas mais simples e das práticas cotidianas vão sendo geradas as sementes e as condições para transformações mais profundas:

Os trabalhadores ao conquistarem o seu próprio espaço, construíram o espaço de socialização política... ampliam o sentido da luta pela terra que passa a ser entendida para além da questão econômica, ou seja, é também um projeto sociocultural de transformação de suas realidades. Os efeitos sociais desse movimento sobre as relações sociais atinge toda

a sociedade. Estes são frutos dos conflitos e, também, das ações desses sujeitos que têm por objetivo causar transformações específicas e gerais nas relações de poder (www.mst-14/3/2000).

O objetivo material imediato (a terra) "*não basta*", como dizem, deve vir acompanhado de lutas pelos direitos sociais (a cidadania plena) e em direção à construção de uma sociedade mais justa (a socialista). Para atingir este objetivo, é que a educação, considerada como um direito essencial, deve se desenvolver como um processo que inclui educação formal (ensino fundamental) e informal (participação no movimento, nas mobilizações, em ações de solidariedade, etc.), incluindo neste processo todas as gerações e gêneros.

A utopia socialista adquire uma nova complexidade neste cenário. Partindo do pressuposto de que é um processo que deve ser incorporado desde já na vida cotidiana, os processos educacionais, de socialização e as práticas fecundam-se em um novo ideário socialista, que se aproxima daquele do novo movimento cidadão global: ações de solidariedade, melhoria na qualidade de vida e ambiental, respeito à diversidades identitárias e culturais, valorização da estética e

culto a símbolos culturais e políticos e, sobretudo, participação no destino da sociedade em seu caminho para a realização da justiça social e da paz:

Se o hoje pertence à guerra, o amanhã pertence à paz. É preciso fazer acontecer esta possibilidade (BOGO, 1998a).

Referências bibliográficas

- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- BOGO, Ademar. "A vez dos valores". *Caderno de formação – MST*, n. 26, jan. 1998a.
- _____. "O MST no momento político atual: situação e perspectiva", *Caderno CRH*, n.28, p.269-280, jan./jun. 1998b.
- CASTELLS, Manuel. The information age: economy, society and culture – volume II: *The power of identity*. Londres: Blackwell Publishers. 1997.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- FAVERO, Celso Antonio. (1998), "A globalização e as novas experiências dos agricultores", *Caderno CRH*, n.28, p.27-57, jan./jun. 1996.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GADEA, Carlos Alfredo. *O Ideal Comunitário como Resistência à Modernidade Global. Um Estudo sobre o Movimento Neo-zapatista de Chiapas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. *Lideranças populares, esfera pública, identidades*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, 1999.
- REVISTA DEL SUR. "Las ONGs se pronuncian en Seattle: declaración de la sociedad civil". Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, n.99/100, enero/febrero, 2000.
- ROSSIAUD, Jean & SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimento cidadão na globalização*. Paper apresentado no IX Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre, set. 1999.
- ROSSIAUD, Jean & SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes, 2000 (no prelo).

ROSSIAUD, Jean. *L'Action mondiale des peuples contre le "libre" commerce et L'OMC*. Paper, Genève, 1998.

SANTOS, Raimundo & COSTA, Carvalho Lúcio Flávio (orgs.), *Política e Reforma Agrária*, Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SANTOS, Sueli Auxiliadora dos. "MST investe no comércio solidário", *Revista Sem Terra*, ano II, n. 7, p. 45-6, abr./mai./jun. 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. "Novos rumos da pesquisa sobre ações coletivas rurais", In: Raimundo Santos e Lúcio Flávio Carvalho Costa (orgs.), *Política e Reforma Agrária*, Rio de Janeiro: Mauad, 1998a.

_____. "Movimentos em cena:... e as teorias por onde andam?", *Revista Brasileira de Educação*, n. 9, set./out./nov./dez. 1998b.

_____. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOCIAL MOVEMENTS LIST. Internet, março, 2000.

STEDILE, João Pedro & FREI SÉRGIO. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda. 1993.

STRAPAZZON, João Paulo Lages. *E o verbo se fez terra: movimento dos trabalhadores rurais sem terra (SC) 1980-1990*. Chapecó: Grifos, 1997.

TOURAINÉ, Alain. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Tradução de Modesto Florenzano. Bauru: EDUSC, 1998.

WWW.MST.ORG.BR. Internet, março, 2000.

